

EDITORIAL

O presente número da **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** é publicado em um momento auspicioso para o periódico. Nos últimos anos, ele vem ampliando significativamente o universo de leitores e colaboradores, passando de 120 submissões no ano de 2014, para uma média de 173 artigos nos últimos três anos. Desse total, apenas 15%, ao fim e ao cabo do processo de avaliação, viriam a ser aprovados e publicados, o que atesta um claro processo de filtragem qualitativa do material e faz com que esta seja uma das principais destinações da melhor produção especializada.

Em 2017, após alguns anos de monitoramento das normas e indicadores, o processo de inscrição da RBEUR na coleção de periódicos científicos **Scielo** se completou e sua indexação foi finalmente atingida. A comunidade em torno da ANPUR tem, assim, muito a comemorar. Trata-se de um dos mais rigorosos indexadores científicos do mundo, que comprova não apenas a credibilidade adquirida pela Revista, mas também a sua consolidação no seletor circuito de intercâmbio e divulgação nacional e internacional da pesquisa e da reflexão no campo dos estudos urbanos e regionais. Registre-se aqui o gigantesco esforço editorial das últimas gestões da RBEUR, especialmente da Comissão Editorial coordenada pelas colegas Ana Cristina Fernandes e Norma Lacerda, e por Tiago Cargnin, seu antigo secretário executivo, que encamparam o desafio. Doravante, trata-se de assegurar os padrões de rigor que distinguem a Revista, assim como seu constante aperfeiçoamento como canal privilegiado de acesso e difusão da produção científica brasileira e internacional na área.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar publicamente os nossos agradecimentos também aos antigos membros da Comissão Editorial, Maria Lucia Refinnetti Martins, da USP, e Maria Laura Silveira, do Conicet, cujos mandatos ora se encerram, assim como a um conjunto expressivo de conselheiros, de quem também nos despedimos com gratidão nessa ocasião. Saudamos ainda a disposição dos novos colaboradores que se somam à equipe, junto à **Comissão Editorial**, os professores Leila Christina Duarte Dias, da UFSC, e Roberto Rocco, da UTDelft; e ao **Conselho Editorial**: Adrián Gorelik, Ana Cristina de Almeida Fernandes, Ana Maria Fernandes, Clara Irazábal-Zurita, Clélio Campolina Diniz, Eduardo Marques, Frederico Rosa Borges de Holanda, Gwendolyn Wright, Heloisa Soares de Moura Costa, Luiz Renato Bezerra Pequeno, Madalena Cunha Matos, Maria Encarnação Beltrão Sposito e Teresa Pires do Rio Caldeira.

O presente número não apenas manifesta esse processo crescente de qualificação do periódico como envereda com fôlego sobre três conjuntos de questões de grande pertinência e atualidade. Em primeiro lugar, passa em revista as relações entre saberes especializados e movimentos sociais no enfrentamento da questão urbana; em segundo lugar, detém-se sobre os processos de segregação e mobilidade socioespacial, especialmente no que tange à formação de subúrbios e territórios populares; por fim, retoma a questão regional tanto do ponto de vista de estratégias e vetores recentes de desenvolvimento como da redução de disparidades inter-regionais.

O artigo de Silke Kapp reflete sobre o rendimento analítico do conceito de “grupo socioespacial” para o entendimento das experiências de assessoria e assistência técnica em arquitetura, urbanismo e planejamento no Brasil nas últimas décadas. Lançando um olhar ora distanciado, ora diretamente comprometido com a temática, a autora discute as relações entre especialistas e movimentos sociais, em suas múltiplas figurações e desafios fundiários, habitacionais, econômicos. Reagindo à mesma problemática, o artigo de João Marcos de Almeida Lopes discute criticamente os liames práticos, políticos e semânticos da atuação dos arquitetos no campo da habitação de interesse social. Tomando como referência tanto a militância de assessores em sua potência e as vicissitudes técnicas e políticas em face aos movimentos de sem-teto e sem-terra, como as ambiguidades do Conselho de Arquitetura e Urbanismo na definição de políticas específicas de assistência técnica no setor, o autor assinala a urgência de uma refundação do espaço da formação e do ofício do arquiteto. Bruno Siqueira Fernandes e Sibelle Cornélio Diniz, por sua vez, en-

DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2018v20n2p189>

frentam as relações entre saberes especializados e tradicionais no campo da economia. Partindo de uma perspectiva des/colonial latino-americana, discutem o tema da economia popular e solidária como possibilidade de produção de “espaços de fronteira”.

Os territórios populares são tratados, por um outro prisma, no conjunto de artigos que se segue. De um lado, no artigo de Renata Monteiro Siqueira, focaliza-se o caso do edifício São Vito, arranha-céu modernista ocupado por uma população de baixa renda na região central de São Paulo, cujo processo de estigmatização pela imprensa é cuidadosamente interpretado como peça chave de entendimento tanto das propostas urbanas para a área como de sua efetiva demolição em 2011. O artigo de Pedro Henrique Campello Torres, por sua vez, detém-se sobre os impactos da construção da Avenida Brasil em 1947, especialmente sobre um imenso território periférico do Rio de Janeiro, ocupado doravante por fábricas, armazéns e moradias operárias. Avançando sobre a definição de subúrbio na dinâmica de produção da cidade, o autor explora especialmente a articulação entre o eixo rodoviário e o processo de favelização. Leonardo de Oliveira Fontes retorna à São Paulo contemporânea para dimensionar o impacto das dinâmicas de mobilidade social sobre a segregação residencial na metrópole. Apoiando-se em números e mapas relativos à primeira década do século XXI, o artigo reitera a necessidade de se analisar o impacto territorial das expressivas mutações sociais observadas no período, assim como de se enfrentar as relações entre segregação e desigualdade como fenômenos distintos, ainda que eventualmente convergentes, que se espacializam também de modo diverso, tanto nos centros como nas periferias urbanas.

A questão do desenvolvimento regional, tema associado ao planejamento no pós-guerra e à formulação de políticas públicas nos anos 1960 e 1970, estrutura o terceiro conjunto de artigos. Ao confrontar diferentes abordagens sobre o conceito de desenvolvimento regional no Brasil, os artigos expõem a complexidade atual e a pertinência do tema. Anderson Tadeu Marques Cavalcante, Marco Crocco, Fabiana Santos e Mara Nogueira pretendem superar o conceito geral e não espacial de financeirização, usado em muitos estudos regionais e urbanos. Procuram entender como o processo se difunde por regiões, em especial no território brasileiro, e seu caráter de desigualdade, sendo parte intrínseca do sistema de reprodução capitalista.

Novos enfoques sobre as determinações de localização são mobilizados por Ariana Ribeiro Costa e Renato Garcia para analisar os serviços de tecnologia da informação na Região Metropolitana de São Paulo. Por outro ângulo, em uma perspectiva histórica, Jeferson Cristiano Tavares defende a tese de que o modelo de planejamento regional do território paulista, baseado na produção de espaços de permanência de capital público e privado, é representativo de um padrão de desenvolvimento vigente no país ao longo do século XX.

A relação entre planejamento e desenvolvimento também é abordada por Humberto Rocha tendo como referência empírica as obras de hidrelétricas. Seu artigo traz uma reflexão teórica sobre a promoção do desenvolvimento a partir de projetos de grande escala distinguindo conceitos como crescimento econômico, desenvolvimento humano e condições de vida. Dois estudos detêm-se em período recente para analisar as diferenças regionais. Tendo como recorte territorial o estado da Bahia, Libania Araújo Silva e Luiz Carlos de Santana Ribeiro buscam estudar a dinâmica das disparidades entre as microrregiões do estado e o crescimento regional do emprego. Em outra escala, Soraia Aparecida Cardozo mostra como o espaço econômico nacional se articulou de forma heterogênea ao processo de inserção comercial brasileira como exportadora de produtos intensivos em recursos naturais, no período de 2004 a 2014. Os artigos trazem novas evidências empíricas sobre as desigualdades sociais e avançam, sob o ponto de vista teórico, nas teses para explicar as continuidades desse processo no Brasil.

José Tavares Correia de Lira
Editor Responsável RBEUR – Universidade de São Paulo,
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, SP, Brasil

Maria Cristina da Silva Leme
Editora Assistente RBEUR - Universidade de São Paulo,
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, SP, Brasil